

REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS DO TRABALHO E A NECESSIDADE DA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Antonio Thomaz Junior

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP;

Pesquisador PQ/CNPq, Coordenador do CEGeT.

Email: thomazjr@gmail.com

Neste início de século e de milênio, ocupam a cena pensamentos sobre o que resta à sociedade burguesa em relação ao destino da massa sobrando de trabalhadores, os descartados, do pacote tecnológico e do projeto de desenvolvimento do capital. Guiados pelos resultados das pesquisas individuais, sob nossa coordenação e coletivas/conjuntas sob nossa orientação e as demais contribuições, bem como pela revisão bibliográfica e o acompanhamento dos protagonismos dos movimentos sociais, aqui nos propomos – num momento em que não pretendemos encerrar nossas reflexões, nestas rápidas considerações – refletir diante do que desejamos apresentar, nesta seção, sobre os limites e os desafios que se anunciam para os trabalhadores. Num esforço de síntese, poderíamos afirmar que o *trabalho* como categoria ontológica do ser social continua a ser a base fundante de toda forma histórica. Ele

é o pressuposto negado do trabalho estranhado e do trabalho capitalista como espécie histórica particular-concreta de trabalho estranhado¹.

A necessidade de uma referência epistemológica crítica e transformadora, capaz de captar esses sinais que rompem a ordem espacial dada e se somar aos chamamentos emancipatórios, nos permitirá apreender a atualidade da centralidade do trabalho, os conteúdos e as dinâmicas territoriais vivenciadas pelos homens e pelas mulheres que podem protagonizar a transformação/emancipação da sociedade² e imprimir outro curso histórico para além do capital. Os milhões de desempregados que se somam, dia a dia, a informalidade que deixa de ser extemporânea e exceção e se configura como norma contemporânea,

¹ Cf. ALVES, 2008b, p.13.

² A esse respeito, ver ANTUNES, **O caracol e sua concha** – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

que, por sua vez, dão visibilidade aos desafios de um tempo não adiado, fazemos repensar que a gestão do capital sobre o tecido social não está sendo capaz de gerenciar o assalariamento como produto de um projeto de desenvolvimento criado por ele.

As transformações provocadas pela 3ª revolução científico-tecnológica modificaram com muita intensidade a relação entre trabalho vivo e trabalho morto, sendo que a redução desse último ao patamar da primeira década do século XXI está afetando fortemente a produção de valor ou, mais ainda, a acumulação de valor do capital total, razão fundante e fundamental para o capital³.

A sincronia perversa entre a implosão das forças produtivas e o seu iminente descarte transforma contingentes de trabalhadores em refugio – que são simplesmente descartados –, sendo que, em decorrência e ao mesmo tempo como causa, temos o fato de que o trabalho enquanto medida de riqueza, já na sua forma abstrata, passa por profundas modificações, mas não deixou de ser referência para o valor, para a lei do valor, para a acumulação de riqueza.

À sombra desse esgarçamento das relações sociais de trabalho (assalariado), tem-se a conformação de diferentes variáveis de trabalho autônomo [pequenos

comércios, vendas de produtos processados (tais como os congelados), camelotagem, ambulantes de toda ordem, ocupantes de terra e que se juntam aos camponeses assentados, desempregados aos milhões], que, por seu turno, não extirpa, em maior ou menor grau e intensidade, a condição de subalternidade ao capital, ao seu metabolismo propriamente dito. Do “patrão de si mesmo” - ou até do assalariado “autônomo” (uma contradição em termos) - e toda a estratificação social que o acompanha, têm-se cenários obnubilados. Em algumas situações mais inclinados aos componentes de ser ou do ser trabalhador, ora às vestes do ser capitalista – veja-se a horda do empreendedorismo e sua ideologia, que tingem essas “novas” contradições. No entanto, seja como for, a subalternidade e as condições de dominação de classe não perderam mandato e, à medida que o processo social tem seu tecido modificado por esses mecanismos, fortalecem-se os fetichismos que complexificam/dificultam ainda mais a consciência de classe, da classe trabalhadora. Daí nossa insistência em nos mantermos na linha investigativa que nos possibilite compreender os mecanismos que refazem os fetiches, em meio à intensa plasticidade do trabalho, que mantemos sob preocupação constante, nas nossas pesquisas. Por sua vez, as rebeliões, os

³ Cf. MENEGAT, 2008.

movimentos de resistência contra o capital tiveram e têm raízes não apenas no local de produção, mas no espaço geográfico envolvente, ou seja, atingem expressões e conformações da vida social. Isso nos tem possibilitado compreender os diferentes significados e conteúdos materiais e subjetividade do ser que trabalha, pois somente assim poderemos contribuir para qualificar a luta política (de classe), na práxis diária, que se espacializa em *novos* conflitos e nas disputas que redefinem *novos* territórios.

Nisso, temos que preservar o desenvolvimento ontológico da espécie humana, isto é, a sociedade não se encerra sob o capital, tampouco se libertará dele naturalmente. Todavia, é necessário agir. E, em consequência, como dar sentido a essas massas de trabalhadores descartadas no mundo do trabalho? Como nos acercarmos de intenções e referenciais, para compreendermos as complexas tramas impressas no trabalho, seus significados espaciais e a própria dinâmica territorial que expressa os conflitos de classe? Seja nos campos, seja nas cidades e seus respectivos processos rurais e urbanos, é necessário reconstituir os mecanismos que marcam o fluxo constante de sentidos, significados e conteúdos materiais e subjetivos de classe.

Da mesma maneira que não podemos nos abster de abordar a tão necessária e almejada igualdade substantiva, capaz de superar as deformações do patriarcalismo. E, quando aproximamos esse assunto do conhecimento científico ou da racionalidade científica, da divisão científica do trabalho etc., também é imperioso, como já afirmamos anteriormente, romper *dialeticamente* com os ramos, áreas e subáreas, sob o argumento do iminente revolucionamento da ciência em tempos de transição, portanto, que seja partícipe ativa e não meramente situacional.

Os desafios para esse exercício intelectual estão postos. O que não quer dizer que partilhamos do desânimo daqueles que se ancoram nos efeitos da (des)realização do trabalho, na manipulação ideológica, na crescente dessolidarização (de classe) – tamanha a escala da descaracterização da sociedade salarial – e, com isso, juntam esforços para defender a ideia da impossibilidade da crítica radical ao capital. Tampouco queremos apostar num sujeito difuso, sob o argumento de que os principais protagonistas das ações de resistência e com algum alcance mobilizatório, a depender da escala geográfica e da espacialidade, não estão vinculados à vanguarda operária.

Reside aqui um ponto de tensionamento importante e que deve continuar a ocupar-nos. Esse é, pois, o

principal elemento que nos levou ao desafio de apresentar, neste momento, um conjunto de reflexões amparadas na autocrítica, na necessidade de repensar os referenciais teórico-metodológicos e os aspectos fundamentais e fundantes da forma de pensar e de refletir sobre o futuro da sociedade. Tamanha pretensão é, porém, oportuna e tragicamente endossada pelos diversos componentes da crise estrutural do capital, que se intensifica nos últimos meses de 2008 e que dificulta nossa compreensão de um mundo do trabalho ainda mais dilacerado, todavia com sua centralidade não negada.

Desde essas preocupações teóricas e políticas, é possível reconstituir o caminho inverso ou tomar a dimensão empírica e da práxis teoricamente construída, com base nas ações de resistência, contestatórias, reivindicatórias, libertárias, para notarmos seus conteúdos, suas dimensões espaciais e territoriais, nas diversas escalas de realização. Estamos nos posicionando para enxergar um processo em construção, portanto, de modo diferente ao que está consumado na literatura específica, nos compêndios acadêmicos e nas formulações fundadas nas fileiras das esquerdas, em defesa de um proletariado preparado/instrumentalizado e idealizado para ser agente revolucionário. Pomo-nos, definitivamente, a refazer o uso da dialética e do conceito de práxis como

referenciais teórico-metodológicos, ou seja, que as categorias e os conceitos não estejam à frente da objetividade ontológica da sociedade.

Com base nisso, relembramos que as ações que propugnam mecanismos que nos forcem a todos a rever as predeterminações do processo revolucionário, de um lado, e que, de outro, transcendem, mas não eliminam as manifestações, as campanhas e as lutas por empregos ou a manutenção dos atuais níveis, são, em seu conjunto, aquilo que tem iluminado nossa releitura geográfica da sociedade no século XXI. A transcendência à qual nos referimos vai além das negociações que suavizam o descarte de dezenas de milhares e milhões de trabalhadores – por conta do processo destrutivo das forças produtivas, intrínseco ao metabolismo do capital – mediante patamares predeterminados de dispensas e políticas de incentivo à demissão voluntária, o que, aliás, predomina na pauta dos grandes sindicatos e centrais sindicais europeias, japonesas, latino-americanas, brasileiras, tais como a FS e a CUT, para ficarmos com as maiores.

Se perdermos o *bonde da história*, mais uma vez estaremos *abrindo mão* de entender as contradições e as pistas as quais evidenciam que o trabalhador assalariado da produção em massa, criado pela grande indústria do século XX e

vinculado em empregos formais, já não é o mesmo polivalente e flexível do século XXI, organizado, de forma crescente e em número expressivo, sob relações informais e precárias.

Os impactos dessa situação, material e subjetivamente, na vida, nas organizações (sindicatos, centrais, movimentos sociais, partidos políticos etc.) e nas ações têm que ocupar lugar especial nas nossas pesquisas, pois não há mais como fazer crítica à prática fetichizada, à alienação como instrumentos de dominação do capital, fundamentados em Marx e nas correntes marxistas às quais nos filiamos, se a *nossa lição de casa* continuar refém dos postulados e teses que não exprimem e não se comunicam com a concretude do processo social do trabalho.

Seria o mesmo que apostar na Geografia do trabalho como um instrumento de apreensão da dinâmica geográfica do trabalho, como defendemos, sem fazer uso dos instrumentos e recursos teórico-analíticos para captar as expressões que o espaço geográfico revela e que as configurações territoriais da luta de classes estão a reescrever, na história do trabalho, dos movimentos sociais que se contrapõem ao capital, que travam a luta político-ideológica e de resistência. Para tanto, é necessário perceber a plasticidade do trabalho, que não somente revela os

mecanismos regressivos em marcha representados pela desrealização e precarização crescentes que o abatem (informalização, terceirização, despossessão), mas também as suas *novas* externalizações e seus significados geográficos, no contexto dos conflitos territoriais, da luta ideológica e demais formas de expressão no tecido social.

Não se trata de apresentar receitas prontas, tampouco avaliações pré-elaboradas, aliás, prática que tanto criticamos, mas apostar nas transformações e por elas também contribuir; faz-se necessário apreender as manifestações dos movimentos sociais, que, há quase três décadas, emergem das lutas e se concentram, na maioria dos países, continentes e regiões que compõem a periferia do sistema (África, Ásia e América Latina) e estão geograficamente assimilados às suas contradições, referenciados seja na/pela disputa territorial e conflitos de classe, seja na gestão como princípio basilar, como o Movimento das Fábricas Ocupadas (Argentina, Brasil, Venezuela), mas com ênfase na temática da terra e do território. Do acesso, da permanência, do re-enraizamento ou reterritorialização para a moradia, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com algumas variações para o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). A ênfase para o trabalho, a Reforma Agrária,

a Soberania Alimentar (enquanto dimensões espaciais de um processo social em construção), a necessidade de defender, antes de qualquer pretexto econômico (produção, mercado etc.), a qualidade de vida – neste caso, vinculada à qualidade dos alimentos – fazem-se presentes na seara de atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), dos zapatistas, no México, dos indígenas *cocaleros*, na Bolívia, dos camponeses indígenas, no Equador, das FARC, na Colômbia, do MIR, no Peru etc.

Estão na cena política momentos singulares de mobilização e de resistência que ultrapassam as fronteiras cidade-campo e redefinem, ao mesmo tempo em que expressam *novas* demarcações espaciais e conteúdos territoriais específicos para as diferentes lutas em marcha, o que, conseqüentemente, está a nos exigir um repensar profundo e/ou reflexão autocrítica de grande significado político e intelectual, o que, nos tem movido nos últimos anos. Daí o atributo de movimentos sociais de *novo tipo*⁴ para esses movimentos sociais que têm vínculos com a questão da terra e polemizam em torno dos aspectos essenciais da questão agrária, no Brasil e na América latina - em particular o MST, no Brasil e o MZLN, no

⁴ Seria muito difícil precisar a origem dessa formulação, mas é de uso comum em todas as searas nas quais o assunto se apresenta.

México -, pensamos ser muito tímido e de significado restrito a apenas o que não pode deixar de ser ignorado.

Da mesma forma que, mediante a mudança de foco na ampliação da abrangência espacial da identidade/subjetividade imediata da representação e das lutas, colocam-se novos desafios ao já complexo tecido social, tais como a amplitude que o MAB está praticando. Ou seja, quando proclama no seu arco de ação política não somente os trabalhadores atingidos pelas barragens (camponeses, pescadores/camponeses, oleiros etc.), mas todos aqueles que são atingidos pela dominação do capital, por meio das tarifas cobradas pelas empresas distribuidoras dos consumidores domésticos de energia elétrica.

Ultrapassando os limites e/ou rompendo os referenciais utilizados pelo capital e seus fiéis representantes nas diversas esferas sociais – que continuam ignorando ou pregando a irrelevância da questão agrária – defendemos que a vivacidade das lutas de resistência e de confrontação amplamente conhecidas e que pudemos discutir neste texto sistematizador, também produto das nossas pesquisas, devem ocupar importância teórica e política nas nossas pesquisas e no debate público.

Os projetos de sociedade inspirados no modelo quinhentista das

grandes extensões de terra, do elevado patamar de concentração da estrutura fundiária, dos aproximadamente 200 milhões de hectares ainda não apropriados formalmente, para responder às demandas especulativas/mercadoológicas, como já vimos, ganha ao seu favor diferentes setores da sociedade.

Seja as ações por parte do capital (nacional e transnacional), dos segmentos latifundiários, seja do Estado - como recentemente por meio da MP 458 -, seja de setores do sindicalismo e dos movimentos sociais, a confrontação e a demarcação de alternativas societárias é o que põe em evidência ser ainda a terra, uma questão de grande amplitude econômica, política, social, antropológica e geográfica no Brasil e em vários países. E se incluirmos nesse recorte temático os conflitos e lutas pelo acesso à água, poderemos abordar facetas ainda mais complexas para o futuro da sociedade, situações específicas do trabalho, novos vínculos e significados para o espaço geográfico, especificidades das disputas territoriais intrínsecas à luta de classes etc.

Dessa forma, a questão agrária no Brasil é um tema vivo para os trabalhadores, para a classe trabalhadora e para a sociedade. Poderíamos relembrar a ideia das Comunas da Terra, do MST, no Brasil, dos camponeses/mineiros na Bolívia etc. Insistimos, portanto, sobre o

fato de que há uma amplitude do arco de significações da resistência que nega o capital, ou seja, possibilidades históricas da formação de uma subjetividade negada do “valor que se valoriza”, enfim que se antagoniza com ele enquanto processo metabólico, e que *incendeia* a discussão em torno do conceito de classe social, não mais restrita ao proletariado, mas extensiva ao arco das demais dimensões da existência do trabalho.

Enfatizamos que, ao mesmo tempo em que, no âmbito da formulação genérica de classe do proletariado, nada garante, *a priori* – para nos juntarmos a Thompson (1997) – que haja reciprocidade entre a situação de pertencimento estrutural (divisão social do trabalho) e de pertencimento subjetivo (identidade ideológica e para si) de classe, também não devemos descuidar das proposituras que apresentam, em conformidade com a consciência de classe do trabalho, em oposição aos interesses do capital, presentes no tecido social e que ultrapassam os espaços até então delimitados e compreendidos pela *condição de proletariedade*⁵. Todavia, o contexto social

5 Esse conceito foi cunhado por Alves (2009) e reflete muito a vivacidade do autor em fazer parte ativa de um tempo de necessidades de respostas ao curso combativo de classe e anticapital. É importante retomar as indicações cuidadosas, feitas pelo autor a respeito de sua formulação conceitual, quando não deixa escapar que, apesar de, no âmbito da condição de proletariedade, emergirem outras formas de inserção de classe

do trabalho, no século XXI, está contaminado pelo crescente esgarçamento e processo contínuo de (des)realização, que repõe novos perfis, objetividades e subjetividades.

Por isso, ao reconhecermos que se faz necessário re-entender as complexas tramas sociais que estão redefinindo a composição social e geográfica do trabalho – em termos práticos, sua plasticidade –, as avaliações enrijecidas nos manuais perdem sentido, pertinência e “realidade”. É por isso igualmente que não devemos nos acanhar, ao trazermos ao debate que a terra ainda ocupa lugar central no conflituoso e confuso cenário de construção emancipatória.

Daí, portanto, há evidências e tentamos referenciá-las efetivamente em nossos estudos e nas demais contribuições, sublinhando que a questão agrária, no Brasil e no mundo, não é anacrônica diante da modernidade industrial/tecnológica do capitalismo e da força demolidora do capital, descontados, naturalmente, os 500

que não se confundem com a inserção operária, tais como empregados industriais, de serviços ou administração pública e, ainda, os trabalhadores por conta própria, trabalhadores autônomos, os trabalhadores empregados assalariados gestores do capital, eles têm o pertencimento de “classe” (ou a consciência de classe) deslocada. “Esse ‘deslocamento’ não invalida o ‘pertencimento de classe’ embora o problematize. Eles pertencem à ‘classe’ do proletariado, no sentido fraco do termo”. No entendimento do autor, o pertencimento tem ainda raiz na noção de classe do proletariado como sujeito histórico antagônico ao capital (p.26-27).

anos de pilhagem e de (des)realização do trabalho abstrato. Cada espaço tem suas especificidades, mas os lugares, os territórios, seus povos e os movimentos sociais estão “contaminados” e ao mesmo tempo demandando/propondo e construindo alternativas. Está em questão nosso(s) interesse(s) nesse processo, o que queremos, que sociedade defendemos etc.

É imperioso buscar esses novos horizontes impressos na objetividade social com as atenções aos sujeitos sociais em disputa (camponeses envolvidos nas ações coordenadas pelos movimentos sociais que se contrapõem ao capital e aos interesses de latifundiários e do capital), setores urbanos envolvidos em lutas por emprego, por moradia etc. Talvez, mais levantes de massa nos estejam faltando, em momentos tão áridos, para que possamos enxergar/endossar o que nos garante estarmos conscientes da presença dos agentes da revolução socialista, ou dos homens e das mulheres que estão sendo capazes de, no século XXI, transformar/emancipar a sociedade e imprimir outro curso histórico para além do capital.

Não se trata, por conseguinte, de antever, circunscrever, nem mesmo predeterminar os lócus originais dos sujeitos sociais, se estarão mais ou menos *embebidos da condição de proletariedade*, muito menos por não se tratar de trabalhadores,

no sentido de criação de valor e mesmo de sua realização. Queremos dizer que isso não significa de imediato que o pertencimento se vincula ao proletariado como sujeito histórico antagônico ao capital⁶, mas sim quais os conteúdos e direcionamentos que estão postos nas suas ações, proposituras, estratégias, alianças etc.

Não podemos, todavia, ignorar que a não aceitação do alargamento do significado e conteúdo do trabalho e da classe trabalhadora como resposta concreta da materialidade/subjetividade que acompanha a história recente dos conflitos que expressam os antagonismos de interesse de classe entre capital e trabalho – estrutura-se sob a argumentação de que a “necessidade” de enquadrar uma massa de homens e de mulheres enquanto classe trabalhadora nos estreitos marcos da exclusividade da venda de força de trabalho não está de acordo com Marx e com a tradição marxista.

A esse respeito argumenta Menegat (2009), que se está vinculando o alargamento do conceito de trabalho à *empregabilidade de todos*, incongruência que não considera a alienação produto da

imposição da vendabilidade (ou mercantilização) da força de trabalho, apostando apenas no direito ao trabalho, se reservando ao requerimento “da eficiência dentro da mesma lógica social” (p.7). Não obstante, cabe retomarmos os reflexos e as principais marcas desses novos desafios, por meio das constatações das fronteiras entre o urbano e o rural estarem sendo borradas pelo processo social que refaz as configurações produtivas entre a agricultura e a indústria, e dos conflitos que emergem revelando as mediações políticas, econômicas que lhes estão na base. Temos então, os *novos* elementos para compreender, intervir/agir em todos os espaços e dinâmicas territoriais que explicitam os interesses de classe. É por isso que não devemos restringir esse longo e complexo processo ao circuito da venda da força de trabalho, o que concordamos com Menegat (2009), porém o que se propugna é a necessária superação dos limites de compreensão dos sujeitos sociais que se contrapõem e se confrontam com o capital, não (*previamente*) restritos à situação clássica do trabalho (proletário), e não requerer essa condição (*vendabilidade*) como precípua para a reivindicação teórica do necessário alargamento do conceito de trabalho.

O estreito atrelamento dessa busca constante, nas nossas pesquisas, e os desafios centrais que estamos detectando,

⁶ Alves (2009), pondera ainda que o pertencimento objetivo pode criar possibilidades para o desenvolvimento efetivo da consciência de classe, através da mediação de instituições político-culturais: sindicato socialistas e partidos de classe etc.

neste início de século XXI, fazem-nos concordar com vários autores, como pudemos apresentar ao longo desse texto sistematizador, quando defendem que, no âmbito epistemológico, secundarizar ou mesmo menosprezar a categoria classe social seria abdicar da prerrogativa de estar ajudando a construir caminhos independentes para uma ciência transformadora e de uma sociedade liberta do processo metabólico do capital.

Reconstituir os elos perdidos em direção à construção emancipatória de classe do trabalho não nos alivia do desconforto de termos que considerar diversos assuntos e darmos conta de várias mediações, menos ainda da necessária defesa de assumir que as soluções não estão prontas.

As atenções devem estar voltadas para captar as intenções/ações/proposições dos *novos* protagonistas das alternativas, ou os sujeitos sociais partícipes/egressos do mundo do trabalho, conceito esse, como pudemos discutir, ao longo deste texto, composto dos significados e conteúdos alargados ao que se reserva meramente à venda da força de trabalho ou assalariado. Não se trata de predefinirmos o que os movimentos sociais deverão fazer, mas sem dúvida, apostarmos que essa deverá ser a via de construção de novos referenciais, seja por meio de redes ou outras formas de

estruturação orgânica e ações políticas emancipadoras.

E, ainda, a crise estrutural do capital, que acelera o desmanche da sociedade, irrompe na cena mundial com evidências de traços mais marcantes nas franjas do planeta, quer dizer, África, Ásia e América Latina, a respeito do que Antunes (2009, p.2) assim se manifesta: “Neste verdadeiro continente do labor, o pêndulo é ainda mais ingrato em seus dois polos opostos: ele oscila entre trabalhar ou não trabalhar; entre encontrar labor ou soçobrar no desemprego”.

Diante de uma crise enraizada na queda de longo prazo da taxa de lucro e nos fracassos sucessivos, por parte do capital, em recuperá-la, é por onde se encontra as respostas para o período prolongado de baixa acumulação e, conseqüentemente, a retração dos investimentos e o que é mais trágico, dos empregos em escala planetária. A magnitude dos efeitos da crise mundial atual⁷ sobre o trabalho está por merecer

⁷ Robert Brenner, renomado economista marxista, e diretor do Center for Social Theory and Comparative History/Universidade da Califórnia, em recente entrevista concedida a Seongjin Jeong (professor de economia da National University/Coréia do Sul e editor da Revista Marxism 21), intitulada “A derrota do neoliberalismo e a classe trabalhadora”, foi enfático ao afirmar que a idéia de um capitalismo conduzido pelas finanças é uma contradição em termos, pois apesar de haver a concessão de empréstimos aos consumidores, a base fundante dos lucros financeiros depende dos lucros da economia real. Dessa forma, diante da queda da lucratividade ou da taxa de retorno, a fúria

atenção especial, entretanto com base no que estamos apresentando neste texto sistematizador, arriscamos apontar que, apesar de focar o mundo do trabalho, por meio de algumas evidências empíricas e suas marcas territoriais desde a periferia do sistema - as contradições gerais e específicas que lhe recobrem -, estão dialeticamente articuladas.

A impossibilidade pessoal de *resolver* esse imbróglio é um alerta para não nos atermos somente às nossas convicções pessoais/individualizadas, mas a ampliarmos o foco de luz que deve atravessar esse debate e fazer com que a dinâmica territorial do trabalho, bem como os referenciais espaciais da própria sociedade, sejam orientadores das nossas preocupações. Além disso, como reafirmamos acima, é imprescindível que

especulativa do sistema, e dentre outros aspectos a extrema dependência da economia real às dívidas que repousavam em “bolhas de preços ativos”, não foi capaz de conter o esquema vigente e fez precipitar os efeitos das quedas sucessivas do PIB norteamericano, que desde 2001 e 2007 registrou as menores taxas de crescimento desde o Pós-Guerra. É sob esse referencial que Brenner defende a ideia de que a bolha habitacional, numa tentativa de implicar diretamente sua reflexão à realidade dos EUA, precisa ser entendida em relação à sucessão de bolhas de preços de ativos que a economia tem experimentado desde meados dos anos 1990. É por isso que, focando esse assunto, desde o epicentro da crise na economia norteamericana e seus efeitos em escala planetária, mais os desdobramentos e intervenções regionais por parte dos Estados nacionais, segundo Brenner, não se trata de um assunto norteamericano, mas sim mundial, particularmente para os trabalhadores, e não somente para o mercado financeiro como tem sido intensamente enfatizado.

deixemos os dogmas para fazermos valer a capacidade de enxergar as armadilhas e a multiplicidade de travagens e fragmentações que o capital imprimiu a todo o tecido social e, em particular, aos trabalhadores, à classe trabalhadora.

Não estamos pleiteando a queda do rigor científico, nem sequer distanciarmos dos referenciais revolucionários e emancipatórios presentes no marxismo, menos ainda que a revolução perca sua viabilidade como solução para os grandes problemas enfrentados pela humanidade, em decorrência do desenvolvimento capitalista, da modernidade tecnológica.

Por certo, está em questão sinalizarmos a importância dos exercícios empíricos e teóricos que reponham em pleno vigor e sob a prevalência da necessidade de percebermos a pluralidade de significados do trabalho, neste século XXI, e sua conjugação com a subjetividade e as identidades emancipatórias de classe. Enquanto processo em construção, como nos indica Thompson (1997), e vale reforçar que a classe representa o formato do sujeito coletivo que ocupa lugar central no debate; no entanto, não nos autoriza a predeterminar sua trajetória, tão-somente sua missão histórica.

É, em consequência, por dentro desse emaranhado de relações/mediações, que devemos compreender os enlaces a sinalizar as ações dos sujeitos históricos

que estão protagonizando contestações, alternativas, saídas, por meio das quais se vislumbram possibilidades antagônicas ao capital, processo esse instigante, de muita criação emancipatória e de consciência de classe.

Se pudéssemos aproveitar os aprendizados históricos marcantes do início do século XX, momento de extrema efervescência revolucionária para os movimentos camponês e operário, e, por suposto, sem que tivessem que cumprir os trejeitos que *amaldiçoam* ainda setores da esquerda os quais não conseguem se desgarrar da *obrigatoriedade* de transpor os fatos históricos e os projetos de um momento para outro, constataríamos que as principais ações não tiveram origem nos partidos, como é o caso emblemático, em 1917, na Rússia, dos *soviets*.

Assunto polêmico e de extrema urgência, pois é sempre carregado de questionamentos, tais como quem deve conduzir o processo, quem é o *herdeiro* revolucionário preferido, de quem é a anterioridade, a hegemonia etc., por sua vez, não deve ser simplificado. As mediações, dentre as quais as que passam por instituições como os sindicatos socialistas, os partidos de cariz de classe, são importantes, nesses momentos de transição, porém não devem ser antepostas ao movimento social. Isto porque a *missão* de formar a classe (na qualidade de sujeito

histórico-coletivo) e, conseqüentemente, a potência revolucionária e emancipadora de classe, não deve ser restrita à condição proletária, pois o tecido social do trabalho é muito mais complexo e contém expressões de resistências, de antagonismos e de aceitação/acomodação ao capital que não se restringem ao que vimos entendendo, até então. Qual(s) expediente(s) juntará/unirá essas massas? Poderíamos indagar ainda: quando? O quê? Como? Esse é o principal desafio do presente e de relevada importância para o futuro.

Atentos a esse conturbado movimento de redefinições poderemos apreender o que se reconstrói como produto da decomposição dessa sociedade. E, ainda, que o refazer-se contínuo desse processo requer nossas atenções, para que não represemos, em conceitos centauros, processos e conteúdos que estão se definindo e, tampouco, desconsideremos os significados geográficos dos sujeitos sociais que entendemos fazerem parte desse cenário do século XXI, como os camponeses, em suas diversas composições, os assalariados/proletários, os autônomos, os por conta própria, os desempregados etc. A questão contingente que fica é a seguinte: que experiências são essas que já estão em vigor e que, indiferentemente de se avaliar se são mais ou menos residuais, espectrais - do quadro

atual -, mas que anunciam caminhos e possibilidades que podem sinalizar outras sociabilidades capazes de nos possibilitar construir a transição para o socialismo?

É sob tais referenciais e atenções que entendemos ser possível que a construção coletiva de uma teoria espacial do trabalho possa frutificar nossos esforços de pesquisa. Todavia, necessariamente tem que se frutificar das pesquisas, do movimento contraditório de construção do conhecimento, e não dos *a priori*. Do contrário, como poderemos compreender os novos desafios dos fetiches que são refeitos e que obnubilam a consciência de classe? Reconstituir a plasticidade do trabalho, que redesenha constantemente a classe trabalhadora, as capilaridades que refazem os nexos existentes entre as dimensões geográficas (o refazer-se das relações espaciais e as reconstruções territoriais motivadas e produto das contradições sociais, de classe), econômicas, políticas, sociais etc., - eis a questão teórica central e o que nos estimula a reivindicar e sinalizar o seu alargamento. E, por que não dizer que essa é a Geografia do trabalho que pretendemos construir e oferecer ao debate, portanto, não se trata de reserva de mercado ou mais uma insígnia para conviver no ambiente acadêmico-departamental da Geografia, ou da ciência geográfica, senão a junção de esforços e de resultados de pesquisa

compromissados com a transformação social.

Apreender as diferentes formas externalizadas de trabalho a que o trabalhador tem se submetido, diante da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da degradação e precarização, do desemprego etc., é a referência que estamos definindo, nas nossas pesquisas, a fim de recolocar em questão a noção de pertencimento e de consciência de classe. Em decorrência, um tema permanente e sempre presente na agenda dos debates, importante, portanto para a pauta dos movimentos sociais, dos partidos políticos, para a renovação da política.

Essa é uma nova janela que se abre para nós, pesquisadores, como forma de, efetivamente, nos colocarmos presentes diante das contradições que perpassam o universo do trabalho, no Brasil, pretextando somar forças ao sentimento crítico anticapital.

Em síntese, o que podemos sinalizar para os estudos futuros, tendo por base as investigações já realizadas, é que se faz necessário pensar a questão do trabalho na Geografia e no âmbito das ciências humanas e sociais. Em decorrência, temos que compreender os assuntos que as compõem, a partir de um instrumental que abranja a pluralidade de externalizações ou as evidências empírico-teóricas da

plasticidade do trabalho, no século XXI, como expressão das múltiplas determinações do metabolismo societal do capital, ou seja, a dinâmica territorial do trabalho constantemente refeita e vinculada. A título de exemplo, os trabalhadores assalariados que ocupam terra e reivindicam condições para produzir, os camponeses que por vezes estão na condição de assalariados e demandam melhores salários, portanto, quando se encontram em vivências laborais trocadas, requerem terra, política agrícola, melhores salários e condições de trabalho. Numa constante mudança (aparente) de papéis sociais, estimulam-nos a aperfeiçoar metodologias de pesquisas, com o objetivo de apreendermos as singularidades do processo social. Sem contar as especificidades emergentes da questão agrária, em nosso país, hoje, a agroindustrialização, a participação do Estado (política agrícola, exportações) e os projetos do capital voltados para o controle social do trabalho, tais como o desfocamento da reforma agrária; a discussão da reprodução das relações sociais de produção e não simplesmente a reprodução da força de trabalho, ou dos meios de produção.

Para isso, precisamos revisar drasticamente o posicionamento, defendido no século XX, de que o futuro

da sociedade estaria (está) na urbanização e na industrialização.

A partir desse referencial, poderemos compreender não só o porque de cada vez mais o trabalho ampliar seus sentidos, numa crescente significação polissêmica, como também (e é o caso do último exemplo) por que o trabalhador que ergue as paredes da cidade não tem direito a ela e, sobretudo, por que ele não consegue exprimir tal relação, ao organizar-se de maneira fragmentada (em categorias sindicais, habilitações profissionais). Os reflexos desse processo, na condução político-organizativa da classe trabalhadora, impactam tanto os sindicatos, associações, cooperativas, quanto os partidos políticos, as centrais sindicais etc. Tudo isso precisa ser recompreendido.

Somente as atividades de pesquisa poderão enriquecer o debate teórico e nos permitir, então, aprofundar a compreensão em torno da práxis social fragmentada do trabalho. A rica troca de conhecimentos entre a teoria e a prática poderá nos mostrar a dialética (*o vai e vem*) das múltiplas determinações que apresentam a magnitude dos desafios, para compreensão das complexas tramas de relações que compõem os momentos articulados da produção e da reprodução da vida, dentro e fora do trabalho.

Estamos diante de uma incrustação sociometabólica do capital, que se impõe

como desafio para o ser social, exigindo, desse modo, não meramente uma revolução política, mas uma revolução social, capaz de abolir determinadas formas de sociabilidades estranhadas. Eis os limites da política e de sua intervenção contingente.

Esse quadro de demarcada fragilidade e distanciamento do trabalho (fragmentando, fetichizado, estranhado) da realidade material e subjetiva da construção da autonomia e identidade de classe está nos chamando à reflexão, necessária, sobre a unificação orgânica do trabalho, que recoloque em questão a aliança política do trabalho (operários, camponeses, informalizados, por conta própria, autônomos), nos marcos da identidade de classe da classe trabalhadora. Trata-se de um assunto nucleado de polêmicas, principalmente porque os senões predominam num ambiente caracterizado pela desertificação política, no âmbito de uma esquerda que ainda almeja colaborar para a construção de uma sociedade liberta do capital, das determinações mercantis e das classes sociais. Em acréscimo, a predominância das blindagens edificadas nas trincheiras de algumas correntes do marxismo tem dificultado o diálogo e a apreensão das diferentes facetas da rica realidade do trabalho e a abrangência política à razão emancipatória, do que pode

vir a ser a classe trabalhadora, ainda no século XXI.

A transição, por conseguinte, deve ser construída nos passos do dia a dia – ou o edifício social, o *lar da humanidade* deve ser refeito desde a base, o alicerce, sem nos desviarmos nas práticas alienadas do cotidiano, a fim de que, ao final – no decurso histórico – “[...] irrompa uma estrutura integralmente nova, refeita e habitada pelos seres humanos” (MÉSZÁROS, 2007, p. 14).

O refazer da autocrítica é algo imanente à personificação da dialética, e somente sua estrutura compósita afinada à dimensão ontológica do ato do conhecimento, mediante uma relação sujeito-objeto *contaminada* de desejos emancipatórios, pode reivindicar que o referencial marxiano possa ser constantemente refeito, para que esteja habilitado a enfrentar os *ataques* de grande amplitude do metabolismo social. Daí o sentido prático do nosso diálogo em torno da necessidade de não escaparmos de renovar integral e profundamente nossos referenciais teóricos a cada mudança histórica e a (re)arrumação geográfica de amplitude que atinja a dinâmica espacial da classe trabalhadora. Ainda mais diante da imediaticidade que ameaça constantemente a vida, no planeta, traduzida pela destrutividade imanente e já disponível às mãos.

Portanto, conhecer o que se passa no interior da classe trabalhadora é o caminho que estamos trilhando, para somar forças junto daqueles que apostam na ideia de que *a teoria se torna uma força material tão logo se apodera das massas*, mas não sem antes transpirar os significados históricos do movimento da sociedade, e que os atributos conceituais, *apriorísticos*, possam ser substituídos. Aspirar ao conhecimento científico e fazer valer a capacidade cognitiva, para aprender se inteirar com as outras formas de saber e aprendizado, vincula-se ao desejo único de transformação social, profunda e radical, com a total erradicação do capital. Mészáros (2007, p.74) vai mais longe e afirma: “As aspirações da mudança socialista em uma base duradoura devem relacionar-se a isso, com todas as suas dificuldades [...] e afirmar com êxito as salvaguardas necessárias contra o reaparecimento das ‘personificações’ do capital em toda e qualquer forma nova”.

Para que possamos entender as especificidades desse processo é preciso apostar nas pesquisas, projetos conjuntos, convênios internacionais, acordos de cooperação, como já vimos realizando com algumas Universidades espanholas e organizações sindicais em torno do trabalho envolvido nos *invernaderos*, e outras formas que promovam a troca de experiências, o intercambiamento de

aprendizados e informações sobre a realidade da classe trabalhadora, em nível mundial. Dessa forma, acreditamos que nos será mais tangível a processualidade geral do contexto social, ou a dinâmica espacial do fenômeno do trabalho – enfim, as questões desafiadoras e criativamente postas em prática pelos movimentos sociais em nível internacional e as especificidades que assumem e expressam, nas dinâmicas escalares que têm no local o território privilegiado das ações.

A título de exemplo, a ordem das prioridades tem que ser radicalmente invertida, com ênfase na questão de classe, porque, quando se defendem os circuitos curtos de produção e as demais bandeiras, como o campesinato, os assalariados (formais e informais), os por conta própria etc. (rurais e urbanos), é fundamental encaminhar lutas conjuntas para fazer, da liberdade e da emancipação dos trabalhadores do jugo do capital, a referência para radicalizar a reforma agrária, a democratização do acesso a terra, a extinção da fome, do desemprego, como elementos basilares da soberania alimentar.

Assim, os significados das lutas por emprego, permanência e melhoria das condições de trabalho, cumprimento de acordos e lutas que reivindicam regularização fundiária, reforma agrária, acesso à moradia, direito de permanência, direito ao emprego estável, ocupam lugar

central nas nossas preocupações e refletem o protagonismo das instâncias de organização dos trabalhadores, os movimentos sociais comprometidos com os interesses de classe. Sem que caiamos no espontaneísmo, aliás, acusação que se faz presente nesses momentos e que carrega em si, na sua práxis,

Não é o momento de adiantarmos os papéis sociais dos partidos políticos, dos sindicatos, dos movimentos sociais, dos intelectuais etc., porém, é hora de asseverarmos que as reflexões que compõem este texto sistematizador são apenas mais uma etapa de uma longa caminhada de vida, de pesquisa e de militância que nos espera, para somar forças àquele(a)s que acreditam ser possível apostar nas utopias libertárias, mas que se lancem à construção, desde já, dos afazeres necessários. Daí reafirmarmos a necessidade iminente da interlocução e das discussões.